



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 07 / 09

Data da Sessão: 25 de Novembro de 2009

Início da Sessão: 16.30 horas

Fim da Sessão: 18.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

----- Aos 25 dias do mês de Novembro do ano de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):-----

----- **Ponto 1 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante na Assembleia Distrital de Coimbra;** -----

----- **Ponto 2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante das Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação;**-----

----- **Ponto 3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;**-----

----- **Ponto 4 – Designação de 3 representantes da Assembleia Municipal no Júri do Prémio de Recuperação do Património de Montemor-o-Velho;**-----

----- **Ponto 5 – Designação de 6 representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança;** -----

----- **Ponto 6 – Eleição de 4 cidadãos eleitores como representantes da Assembleia Municipal na CPCJ de Montemor-o-Velho;**-----

----- **Ponto 7 – Discussão do Regimento da Assembleia Municipal;** -----

----- **Ponto 8 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2010;** -----

----- **Ponto 9 – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Derrama para o ano de 2010;** -----

----- **Ponto 10 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o IRS – Participação Variável do Município no ano de 2009;** -----

----- **Ponto 11 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2010;** -----

----- **Ponto 12 – “Centro Náutico / Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho / CAR-2ª Fase – Desvio da Vala da Cova”, para conhecimento;**-----

----- Antes de se dar início à verificação das presenças, de acordo com o que se encontra legislado, foi verificada a identidade e a legitimidade do Membro da AM, Eduardo Manuel Magalhães Portelinha, que justificou a sua ausência à sessão de instalação, tendo, então, tomado posse conforme consta da acta anexa a esta acta, sob o nº 1.-----

----- **Presenças** – Mesa da Assembleia Municipal (MAM): Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

----- **Membros:** João Manuel Major Pinto Correia, Ana Cristina da Silva Jorge, Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

José Manuel Cardoso Bucu, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, José Carlos Malheiro Leite, Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) - Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----Executivo – Presidente da Câmara Municipal (PCM) – Luís Manuel Barbosa Marques Leal; Vereadores - Pedro Manuel Monteiro Machado, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama. -----

-----Verificada a existência de quórum, o PMAM saudou e apresentou cumprimentos a todos os presentes e formulou votos de que os trabalhos sejam fossem proveitosos, numa reunião participada, de modo a defender os interesses da Comunidade Montemorense. Logo após, deu início à reunião, quando eram 16h 30m. -----

----- **Ponto 1 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante na Assembleia Distrital de Coimbra** - o membro Filipe Carraco, da Coligação “Montemor, Sempre” (CMS), após saudar todos os presentes na AM informou que o grupo da CMS propunha, para esta eleição, o PJF de Santo Varão, Paulo Jorge Girão Mendes Redondo.-----

-----O membro Rui Rodrigues, do Partido Socialista (PS) apresentou cumprimentos e referiu que o grupo do PS indicava o PJF de Ereira, Fernando Nunes Pereira Curto. -----

-----Procedeu-se, de imediato, à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

-----PJF de Santo Varão – Paulo Jorge Girão Mendes Redondo – 21 votos; -----

-----PJF de Ereira – Fernando Nunes Pereira Curto – 12 votos;-----

-----Votos em branco – 01;-----

-----Votos Nulos – 0.-----

-----Assim, foi eleito como representante desta AM, na Assembleia Distrital de Coimbra o PJF de Santo Varão - Paulo Jorge Girão Mendes Redondo. -----

----- **Ponto 2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante das Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação** - o membro Filipe Carraco informou que a CMS propunha o PJF de Gatões - António José Mendes Correia Neves Sérvo. ----

-----O membro Major Pinto Correia disse que o candidato do PS seria o PJF de Abrunheira - Carlos António Cristino Alves”. -----

-----Procedeu-se, de imediato, à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

----- PJF de Gatões – António José Mendes Correia Neves Sérvolo – 21 votos; -----

----- PJF de Abrunheira – Carlos António Cristino Alves – 12 votos; -----

----- Votos em branco – 01; -----

----- Votos Nulos – 0. -----

----- Assim, foi eleito como representante das Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação, no PJF de Gatões - António José Mendes Correia Neves Sérvolo. -----

----- **Ponto 3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios** - o membro Filipe Carraco referiu que a CMS indicava o PJF de Montemor-o-Velho – António Correia Pardal Bispo. -----

----- O membro Major Pinto Correia informou que o PS propunha o PJF de Verride – Arménio Guardado Rodrigues Pato. -----

----- Procedeu-se, de imediato, à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- PJF de Montemor-o-Velho – António Correia Pardal Bispo – 21 votos; -----

----- PJF de Verride – Arménio Guardado Rodrigues Pato – 12 votos; -----

----- Votos em branco – 01; -----

----- Votos Nulos – 0. -----

----- Assim, foi eleito como representante desta AM na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios o Presidente da Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho - António Correia Pardal Bispo. -----

----- **Ponto 4 – Designação de 3 representantes da Assembleia Municipal no Júri do Prémio de Recuperação do Património de Montemor-o-Velho** - o PMA disse que, há semelhança dos anos anteriores, seria boa política que cada grupo da AM indicasse um seu representante -----

----- O membro Filipe Carraco informou que, em conferência realizada entre os representantes dos grupos da AM, antes da reunião, tinha sido esse o entendimento de todos pelo que a CMS propunha o membro Fernando Manuel Dias Monteiro. -----

----- O membro Major Pinto Correia informou que o PS indicava o membro José Carlos Malheiro Leite. -----

----- O membro Maria Celeste Pires Duarte, da Coligação Democrática Unitária (CDU) salientou que face à situação daquela força partidária na AM, ela própria integraria a representação em causa.

----- Assim, os representantes da AM no Júri do Prémio de Recuperação do Património serão: Fernando Manuel Dias Monteiro, José Carlos Malheiro Leite e Maria Celeste Pires Duarte -----

-

----- Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

----- **Ponto 5 – Designação de 6 representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança** – o membro Filipe Carraco informou que, a exemplo da designação anterior, existia um entendimento prévio sobre a distribuição do número de lugares nesta representação, pelo que a CMS indicava os membros Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Edmea Tereza Reis Silva e José Manuel Cardoso Bucu. -----

----- O membro Major Pinto Correia indicou os membros David António Coutinho da Costa e Sousa e Rui Manuel da Costa Rodrigues, como representantes do PS. -----

----- A CDU será representada pela Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte. -----

----- Desta forma, foram designados como representantes desta Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança, os seguintes elementos: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Edmea Tereza Reis Silva, José Manuel Cardoso Bucu, David António Coutinho da Costa e Sousa, Rui Manuel da Costa Rodrigues e Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte. -----

----- Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 6 – Eleição de 4 cidadãos eleitores como representantes da Assembleia Municipal na CPCJ de Montemor-o-Velho** - o Membro Filipe Carraco, após salientar a importância da CPCJ, no sentido de preservar as condições para que jovens e crianças do Concelho possam crescer saudavelmente e sem problemas que os afectem gravemente, indicou os membros Ana Cristina da Silva Jorge e Maria João Batista Sobreiro, como representantes da CMS. -----

----- O membro Major Pinto Correia Pediu disse que apresentava como representante do PS a cidadã Rita Isabel Arrobas Sansão Coelho. -----

----- A CDU indicou a cidadã Ângela Maria Marques Simões Figueira. -----

----- Desta forma, foram designados como representantes desta Assembleia Municipal na CPCJ, os seguintes cidadãos: Ana Cristina da Silva Jorge, Maria João Batista Sobreiro, Rita Isabel Arrobas Sansão Coelho e Ângela Maria Marques Simões Figueira. -----

----- **Ponto 7 – Discussão do Regimento da Assembleia Municipal** - o membro Filipe Carraco disse: “Relativamente à discussão do Regimento da Assembleia Municipal (RAM) e das conversas mantidas com os outros grupos, é de comum acordo que haverá a necessidade de rever alguns pontos deste RAM, de modo a que o funcionamento da AM seja mais capaz e efectivo e para eliminar algumas incongruências que fomos detectando ao longo do tempo. Considerando que o RAM terá uma durabilidade de 4 anos, propomos a criação de uma Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal (CRRAM) que terá a missão de o rever e apresentar uma nova proposta. Assim e conforme o acordo que obtivemos, proporia que CRRAM tivesse 6 elementos – 3 da CMS, sendo um, obrigatoriamente, da MAM; 2 indicados pelo PS e um indicado pela CDU. Nesta situação o voto de qualidade, em caso de empate nas votações, pertencerá ao elemento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

MAM. Nesse sentido gostaria de propor os nomes dos membros Vitor Manuel Monteiro Travassos, Hernâni Óscar Pires da Costa Rama e Maria João Batista Sobreiro”.-----

----- O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “O ponto da OT refere no nº 7, - Discussão do Regimento da Assembleia Municipal”, pelo que a proposta apresentada pelo grupo da CMS o altera quando propõe a nomeação de uma Comissão para elaborar um Regimento para ser votado posteriormente, o que não é permitido numa Assembleia Extraordinária. Assim, deixo à sua consideração”. -----

----- O PMAM usou da palavra e disse: “Entendo que é uma questão de princípio, não sendo a palavra discussão a adequada. De qualquer modo, julgo que, para ganharmos tempo, poderíamos entender a palavra discussão e como uma análise do RAM, no sentido de darmos alguma abertura à proposta que me parece que é propositada e que será a de constituirmos uma Comissão que, com tempo, faça um trabalho profícuo e que se torne duradouro”.-----

----- O membro Filipe Carraco, face à situação referiu que, em nome da CMS, retirava a proposta da elaboração da Comissão e propunha que se colocasse em votação o actual RAM.-----

----- O membro David Coutinho voltou a referir que a OT não refere qualquer votação do RAM, pelo apenas se poderia realizar uma discussão sobre o mesmo.-----

----- O SMAM, Manuel Portelinha, disse: “Penso que era uma forma de, sem estarmos a ser tão rigorosos quanto às questões de fundo, com a boa vontade de todos os membros da AM, se efectivasse um grupo de trabalho que pudesse apresentar alguma coisa para a próxima reunião. De facto, a legislação não pode ser alterada e, por isso, se não houver boa vontade da parte das forças políticas existentes, logicamente ela tem de se cumprir, mas parece-me que seria uma boa solução a que foi apresentada pela Coligação”. -----

----- O membro David Coutinho disse: “O grupo do PS não vê mal a proposta ora apresentada pelo SMA, e aceitamos que neste ponto da Ordem de trabalhos possa, no momento da discussão, caber a nomeação de uma Comissão. No entanto, é preciso sermos mais rigorosos na elaboração das questões”. -----

----- Assim sendo, o PMAM perguntou ao elemento da CDU se haveria alguma objecção e como tal não se verificasse solicitou a todos os grupos a indicação dos membros que integrarão a CRRAM. -----

----- A CMS reafirmou o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, o PS propôs os membros David António Coutinho da Costa e Sousa e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e a CDU será representada por Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte. -----

----- Desta forma foram designados para a CRRAM os seguintes membros: Vitor Manuel Monteiro Travassos, Hernâni Óscar Pires da Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, David

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

António Coutinho da Costa e Sousa, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte.-----

----- **Ponto 8 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2010** - o Membro José Carlos Malheiro (PS) disse: Relativamente à questão do IMI há um conjunto de questões para as quais gostaríamos de chamar a atenção, reconhecendo, no entanto, a sua importância nas receitas municipais e, ao mesmo tempo, a injustiça que prevalece sobre a falta de receita que deveria entrar na CM proveniente deste tipo de imposto. Pese embora a injustiça que existe para todos os municípios, queremos alertar para as discrepâncias apresentadas e, por consequência, para a injustiça que se cria para os munícipes. Neste momento, vivemos numa promiscuidade entre dois sistemas de avaliação do valor patrimonial que cria fossos tremendos e muita injustiça no pagamento deste imposto no concelho, que significa muito em algumas famílias e pouco noutras que deveriam pagar muito mais. Não é culpa do Executivo nem desta AM, mas o único mecanismo que temos de correcção está, exactamente, na fixação da taxa. Por outro lado, gostaria de alertar para a questão da fixação dos coeficientes de zonamento, estando, legalmente, prevista a sua revisão de 3 em 3 anos, tendo sido em Julho de 2009 publicada a portaria revendo em baixa os coeficientes, apenas para os grandes municípios. No Município de Montemor-o-Velho, pese embora toda a crise que se vive, mantiveram-se os coeficientes de zonamento, verificando-se algumas injustiças já que temos coeficientes superiores, por exemplo, à Batalha, Felgueiras, Amarante, Lousada ou Anadia, pelo que já estamos prejudicados por aí. Para além disso, dentro do próprio Concelho, existem algumas injustiças e posso citar a zona onde está situado o Intermarché, e do outro lado o LIDL e o Mini Preço e em que na zona do primeiro temos um coeficiente de zonamento de 1.1 e do lado dos segundos um coeficiente de 0.4, considerando inadmissível que, no mesmo local, a uma distância de 20 metros, um pague 36% daquilo que o outro paga. Mais uma vez refiro que não é à Câmara, nem é a esta AM que imputo culpa nesta injustiça, mas penso que devemos alertar para isto e providenciar no sentido de que esta situação seja revista, até para que os que estão beneficiados paguem um valor muito mais actualizado. -----

-----No tocante à proposta que nos chega, sendo certo que a aprovaremos, gostaria de alertar para que, no próximo ano, quando voltarmos a discutir este mesmo problema, fossem contempladas algumas questões que queremos apresentar e, se ainda formos a tempo, de acertar 2 ou 3 questões em que, por certo, o Município ficaria a ganhar. -----

-----Relativamente aos coeficientes de minoração e majoração previstos na alínea c) e d) queria alertar para o seguinte: na alínea c) há uma minoração de 15% para prédios situados em alguns locais e que se prende, provavelmente pelo afastamento à sede de Município. Será uma boa intenção relativamente a menores condições de acesso rodoviários, mas gostaria de alertar que tudo isso se encontra previsto com os coeficientes de zonamento que são muito inferiores aos que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25***

praticam nos outros locais. Por outro lado, quando nos referimos aos Centros Históricos de Montemor, penso que existe alguma justiça na intenção que está subjacente a esta ideia e, por isso, gostaria de alertar para o seguinte: em primeiro lugar, tratam-se das zonas onde se realizaram investimentos de melhorias, que receberam o melhor do que foi o investimento desta Câmara. São, portanto, zonas com o melhor que há em termos de infra-estruturas e o IMI e a Câmara deveria ser ressarcida daquilo que oferece aos munícipes e às zonas onde habitam. Por outro lado, não podemos esquecer que estamos a meter no mesmo saco imóveis de qualidade e, estes sim, provavelmente merecem esta minoração de taxas, com outros sem qualidade rigorosamente nenhuma, com edifícios que são iguais a quaisquer outros que existem por esse Concelho. Os constrangimentos que lhes advêm pelo facto de estarem delimitados naquela planta, não são nenhuns relativamente a outros prédios e daí que gostaríamos que esta questão da minoração fosse ponderada e, provavelmente, se criassem ou pensassem mecanismos que permitissem que a minoração fosse feita para os imóveis que têm qualidade, para os proprietários que se preocupam em fazer a manutenção dos edifícios, em respeitar as regras de cada Centro Histórico, porque há munícipes com imóveis localizados nestas zonas que, de facto, pouco se importam com o facto de estarem no Centro Histórico já que a minoração está garantida. Por outro lado, gostaríamos de ver contemplada uma ligeira alteração nesta questão da minoração excluindo desta mesma alínea os imóveis degradados previstos na alínea seguinte e que são beneficiados porque têm uma minoração. Portanto, gostaríamos de ver contemplada a exclusão dos imóveis que estão incluídos na alínea seguinte. -----

-----Relativamente à alínea d), a tal questão da majoração dos 25% dos imóveis degradados, tanto quanto sei não temos um levantamento rigoroso de todos os imóveis degradados do Concelho, sujeitamo-nos a não a aplicar ou aplicá-la a umas dezenas de pessoas. Não digo que tal atitude seja de má fé, mas parece-nos que poderá vir a gerar alguma injustiça e, para não a gerarmos o que, provavelmente, se vai fazer é não a aplicar porque não conseguimos chegar a todo o lado. Por isso mesmo, proponho que esta questão seja ponderada e que, nesta fase, ao darmos este sinal com o qual concordamos em absoluto, ela comesse a ser aplicada apenas nos Centros Históricos delimitados nas plantas anexas, dado que é onde a situação é mais grave. Como disse, o investimento Municipal é demasiado elevado nestes locais para que alguns proprietários se permitam ao luxo de ter imóveis completamente abandonados, com o melhor que há de infra-estruturas públicas, de águas, de esgotos e luz à porta de casa e se dêem ao luxo de terem esses imóveis abandonados, degradados, diminuindo a importância do investimento público que lá foi feito. Daí recomendar que neste momento apenas seja aplicado e depois, mediante um levantamento rigoroso comece a ser estendido ao resto dos imóveis do Concelho. Gostaria, ainda, de ver acrescentada uma questão que está na ordem do dia e em que o Município de Montemor poderia dar um sinal de liderança e que se prende com o premiar da eficiência energética e dos recursos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

naturais. Há proprietários a fazerem investimento nos seus imóveis para rentabilizar esses recursos e penso que devíamos premiar essas pessoas, reduzindo da mesma forma o que reduzimos a outros e, por isso, propúnhamos que para os imóveis, cujos proprietários já tivessem feito a certificação energética, classificados na classe A ou na classe A+, vissem minoradas as taxas de IMI como um reconhecimento do esforço meritório das pessoas”. -----

-----O membro Celeste Pires disse: “Concordamos inteiramente com os pressupostos que estão na proposta apresentada. No entanto, pensamos que no combate à desertificação e nas preocupações sociais, as propostas das alíneas a) e b), poderiam ter ido mais longe. O agravamento das condições de vida dos Municípios está à vista e além do investimento precisamos, também, de mais gente a viver em Montemor e, por isso, pensamos que 0.3 e 0.6 seria a proposta desejável e possível. Em relação à alínea c) estamos completamente de acordo, mas em sobre a alínea d) temos algumas dificuldades em compreender o que se pretende. Sabemos que há proprietários em situações económicas complicadas para poder fazer as reparações e a conservação devidas nos seus prédios, das dificuldades de reabilitar alguns, com cuidados especiais a ter por ser zona de património e que deveria ser acompanhado de algumas medidas de apoio. Apetecia-me e ponderámos votar contra, mas tendo em conta a importância que têm para o financiamento do Município, as verbas provenientes destas taxas, optámos pela abstenção”.-----

-----O membro Fernando Monteiro pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, reafirmo o que já foi dito que, de facto, o IMI e o IMT são receitas extremamente importantes para a Câmara. Queria, também, congratular-me com a coerência dos Vereadores da Oposição ao votar favoravelmente esta proposta do Executivo. Nesse sentido, concordo inteiramente com a minoração nas freguesias referenciadas e não aceito a alusão feita pelo membro José Carlos Leite e, já agora, dizer que houve, da parte dele alguma confusão, porque esquece-se que a maior parte da legislação do IMI não é da autoria da CMMV, nem da ANMP, mas do Poder Central. No que se refere ao Executivo e por aquilo que julgo saber, na questão do zonamento, o PCM teve uma intervenção directa na legislatura anterior de forma a minorar essa situação em relação ao Poder Central. Neste momento a preocupação da Oposição e a da Coligação é exactamente a mesma: criar situações mais justas e um crescimento mais homogéneo do Concelho e é isso que tem sido feito. Penso e muito bem que aprovar o abaixamento do IMI nas zonas Históricas é uma situação fundamental, porque o próprio Regimento de Edificação cria constrangimentos à alteração à edificação urbana nessas zonas. As Finanças não conhecem a situação real e qual a delimitação das zonas Históricas, pelo que a Câmara terá de realizar esse trabalho, forçosamente, o levantamento existente é o registo cadastral do Concelho. Assim, em termos da Lei do IMI, que entrou em vigor em 2004, é fundamental que isso se faça, porque só assim é que a Câmara poderá, de forma honesta e condigna, receber aquilo a que tem direito,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25

porque hoje em dia ninguém sabe. Há, pois, um trabalho de levantamento que vai ter de ser feito para que, de uma forma mais célere, se possa minorar os coeficientes de IMI e aliviar a carga fiscal em relação aos nossos munícipes para que a situação não seja tão gravosa. Em relação a isso tudo, esta bancada vai votar favoravelmente e acho que não tem nenhuma proposta a alterar e o que vamos votar é o que está aqui escrito com a preocupação que sempre temos e teremos na defesa dos interesses dos Munícipes e dos nossos Cidadãos”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por maioria e com o seguinte resultado:-----

----- Votos a favor – 33;-----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos contra – 0.-----

----- **Ponto 9 – Aprovar, sob proposta do Executivo, a Derrama para o ano de 2010** - o disse que da parte do grupo da CMS não existiria qualquer reparo a fazer à proposta do Executivo, pelo que iriam votar favoravelmente.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade e com o seguinte resultado:-----

----- Votos a favor – 34;-----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos contra – 0.-----

----- **Ponto 10 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o IRS – Participação Variável do Município no ano de 2009**- o Membro Filipe Carraco disse, tendo em consideração que a proposta do Executivo se mantinha, em relação ao ano transacto, o grupo da CMS a votaria favoravelmente. -

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade e com o seguinte resultado:-----

----- Votos a favor – 34;-----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos contra – 0.-----

----- **Ponto 11 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2010**- o Membro Filipe Carraco disse que mantendo-se a proposta igual à do ano anterior o grupo da CMS iria votar favoravelmente.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade e com o seguinte resultado:-----

----- Votos a favor – 34;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Novembro, 25***

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos contra – 0.-----

----- **Ponto 12 – “Centro Náutico / Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho / CAR-2ª Fase – Desvio da Vala da Cova”, para conhecimento** – a AM tomou conhecimento dos documentos remetidos e, por isso, não se verificaram intervenções. -----

----- Antes de encerrar a reunião o membro Filipe Carraco disse: “Permitam que nos congratulemos com a notícia, que esta semana foi veiculada, de que os Europeus de Canoagem de 2012/2013 se irão realizar no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho o que nos enche a todos de orgulho, uma vez que tem sido uma infra-estrutura em que o Município tem feito investimentos avultados e, agora, vemos o reconhecimento desse esforço por instâncias internacionais com a atribuição de provas nesse sentido. De referir, também, que hoje em dia, treinam, residem e estudam em Montemor um leque de campeões nacionais, europeus e, inclusivamente, mundiais que utilizam o Centro de Alto Rendimento o que eleva, ainda mais, o orgulho de todo o concelho”. -----

----- De modo a que todas as resoluções aprovadas possam produzir efeitos imediatos, foi elaborada minuta desta acta que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Sessão, pelas 18.15 horas, da qual se lavrou a presente acta que, após lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos